Joaquim Pinto de Andrade

TL 1329-39 1 II

Numa entrevista com jornalistas indonésios em Abril de 1992, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, confessou que Timor-Leste é, para o seu país, uma pedra aguçada no sapato, que lhe dificulta o andar e o impede de correr e de saltar. Por isso, reconhecia o avisado político, uma escolha se impõe: ou continuar a manquejar com dores e renunciar a correr e saltar, ou tirar o sapato e sacudir a pedra.

A alegoria significa, obviamente, que a Indonésia tem que se libertar de Timor Leste, se quer ter paz interna e avançar na senda do progresso. Por outras palavras, a democratização da Indonésia está intimamente ligada à libertação de Timor Leste, e vice-versa.

Reportandp-me àquilo que se passou com as antigas colónias portuguesas de Africa em luta pela sua independência nacional (nomeadamente Angola, Moçambique e Guiné), é hoje ponto assente que um dos factores mais decisivos e determinantes e aquele que acelerou essa independência foi a conjugação da luta de libertação nas colónias com a luta ~~pelo fim do~~ contra o fascismo ~~ameaça~~ na antiga metrópole. O líder da Guiné, Amilcar Cabral, corroborado por outros líderes das diferentes colónias, não se cansava de glosar a idéia de que a nossa luta não era contra o povo português, mas contra o colonialismo português, ou seja contra o sistema de dominação e opressão, que tanto escravizava os povos africanos como a própria metrópole europeia. Daí que os combatentes da liberdade das colónias considerassem seus aliados os lutadores antifascistas de Portugal.

A compreensão desta fenómeno político-cultural começou a forjar-se nas escolas e sobretudo nas universidades, onde africanos e europeus criaram amizades, confrontaram ideias e aspirações, teceram uma inextricável malha de cumplicidades, e esta compreensão reflectiu-se ~~xxé~~ no comportamento até do próprio exército colonial.

Por outro lado, as guerras coloniais, com o seu corteja de baixas físicas e traumatismos psicológicos, assim como a erosão económica provocada na Metrópole pelo esforço de guerra, foram despertando a consciência dos Portugueses para a necessidade de se libertarem quanto antes do regime que os oprimia.

Essa crescente tomada de consciência teve a sua máxima e emblemática expressão no levantamento militar do 25 de Abril (a Revolução dos Cravos) que, pondo termo a 48 anos de ditadura, abriu o caminho simultâneamente à democracia em Portugal e à independência das colónias.

Treze anos de guerras coloniais em três teatros operacionais causaram ao regime e à sociedade portuguesa uma crise profunda, cuja única saída era o derrubamento do sistema que, ao mesmo tempo que reprimia as aspirações dos povos colonizados à independência, contrariava também os anseios de liberdade, democracia e progresso dompróprio povo português.

A experiência de Angola, Moçambique e Guiné demonstrou que luta de libertação nacional de povos oprimidos e combate pela democracia na metrópole opressora são objectivamente aliados e se influenciam reciprocamente.

Os jovens arregimentados para se baterem nas colónias contra os movimentos de libertação tomaram aí consciência viva da profunda injustiça que é submeter povos que têm a sua própria identidade nacional e cultural, e por isso se querem livres e senhores do seu destino,

e, por outro lado, foram conhecendo melhor a natureza do regime que os obrigava a sacrificar a vida em defesa de interesses contrários e nocivos aos interesses do seu próprio povo.

Para a conquista da democracia em Portugal contribuiu decisivamente a luta dos povos colonizados, assim como o triunfo dessa democracia abriu a porta para o fim das guerras coloniais e a independência dos povos subjugados.

*

Reflectindo nesta experiência e olhando para o caso de Timor Lesta, julgo ser possível estabelecer um certo paralelismo.

Muitos de nós, apesar da enorme simpatia que nos desperta a heroica luta do povo de Timor Leste, perguntam-se por vezes, entre angustiados e perplexos, se esta luta tem hipóteses de triunfar, se não se trata, ao fim e ao cabo, de uma luta romântica, de ummquixotismo político.

Efectivamente, será possível que um pequeno país de cerca de 19 mil Km2 e uma população bastante inferior a um milhão de habitantes consiga libertar-se da 4ª ou 5ª nação mais populosa do mundo, com os seus 180 milhões de habitantes, que conta com apoios económicos fortes e uma formidável máquina de guerra alimentada por países ocidentais, nomeadamente dos EUA, Reino Unido, França e Holanda, enquanto os resistentes timorenses contam apenas com a sua vontade de liberdade e algumas armas capturadas ao invasor e nem dispõem de "santuários" que lhes sirvam de rectaguarda?

Estamos perante o confronto de David e Golias. Mas mesmo os Golias e os Aquiles têm os seus pontos vulneráveis. O regime indonésio não deixa de nos lembrar também a enorme e temerosa estátua que Nabucodonosor, rei de Babilónia, viu em sonhos: os pés em que assentava eram

metade de ferro e metade de barro (Cfr. Dan. 2, 29-35).

Com efeito, tendem a agravar-se, cada dia mais, os factores de crise do sistema político-militar indonésio. A Indonésia é um exemplo típico de Estado de Segurança Nacional, em que o poder está concentrado nas mãos do exército e um só homem o encarna, enquanto o inimigo é identificado no comunismo.

Num tal regime, a vontade do Estado confunde-se com a vontade da Nação, pelo que as liberdades individuais são refreadas, os direitos humanos conculcados e todos os ensaios de liberalização se revelam inconsequentes e as oligarquias dominam a economia.

Neste cenário, são inevitáveis as intrigas de bastidores e as lutas entre facções para a sucessão do tirano. Por outro lado, são já perceptíveis na Indonésia os sinais de mudança protagonizados pelos movimentos pro-democracia, de defesa dos direitos humanos e ecologistas. E convem ter também em conta que, tal como aconteceu com as colónias portuguesas de Africa, a formação de jovens timorenses na administração, escolas e universidades indonésias pode ter o efeito de um bumerangue.

No meio de todos estes factores que prenunciam o desmoronamento do gigante de pés de barro, o papel determinante continua a pertencer à luta do povo maubere, à sua heroica e multiforme resistência, para chamar a atenção da comunidade internacional para o hediondo genocídio étnico e cultural que a Indonésia vem praticando em Timor Leste há mais de 17 anos, para as gritantes violações dos direitos humanos que as Forças Armadas e policiais indonésias ali vêm perpetrando, para a firme vontade e determinação do povo maubere de ser livre e senhor da sua História.

Neste alertar da comunidade internacional, cabe um papel insubstituível aos meios de comunicação social, como ilustra o caso do massacre do Cemitério de Santa Cruz.

Papel importante também não pode deixar de ser atribuído às organizações e movimentos que, dentro e fora da Indonésia, lutam pelos direitos humanos, pela liberdade e pela democracia, não só para Timor Leste mas também para a Indonésia. E aqui apraz-me chamar de novo à colação aquilo que se passou com Portugal e as suas colónias: os combatentes da liberdade das colónias portuguesas de Africa encontravam apoio em organizações anticolonialistas e antifascistas portuguesas e, quando levados à barra dos tribunais, eram advogados portuguesas e testemunhas portuguesas que assumiam a sua defesa, aproveitando então esta oportunidade para, a um tempo, denunciarem a falta de liberdades democráticas em Portugal e invocarem o direito das colónias à autodeterminação e independência.

Creio assim, modestamente, que a experiência dos movimentos de libertação das colónias portuguesas encerra uma lição que pode ser útil a Timor Leste e à Indonésia.

Joaquim Pinto de Andrade

23/7/93

(Amnistia Cívica Angolana)